



SMS Salvador - BA Enfermeiro PSF (SMS)

LÍNGUA PORTUGUESA

RACIOCÍNIO LÓGICO

Números inteiros e racionais (na forma decimal e fracionária): operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).....	1
Expressões numéricas	11
Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três simples e composta	12
Porcentagem	20
Princípios de contagem e probabilidade	22
Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície, volume, capacidade e massa	29
Operações com conjuntos.....	34
Interpretação de gráficos e tabelas	40
Média aritmética simples e ponderada.....	47
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	48
Resolução de situações-problema	51
Questões	56
Gabarito.....	65

LEGISLAÇÃO SUS E ESPECÍFICA

Política de saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS) Evolução Histórica do Sistema de Saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, estrutura, financiamento e organização.....	1
Reforma Sanitária.....	13
Controle Social no SUS.....	14
Constituição Federal de 1988 – Título VIII – artigo 194 a 200	17
Leis Orgânicas da Saúde - Lei nº 8.080/90.....	21
Lei nº 8.142/90	40

SUMÁRIO



Decreto Presidencial nº 7.508/2011	42
Controle Social	48
Políticas públicas e modelos tecnoassistenciais	49
Estrutura organizacional da saúde do município de Salvador (Plano municipal de Saúde)	49
Cenário epidemiológico do Município (Plano municipal de Saúde, VIGITEL, Plano Municipal de Saúde para Infância e Adolescente - PMSIA, Plano Municipal de Doenças e Agravos Não Transmissíveis PMDANT).....	50
Política Nacional de Promoção da Saúde	51
Política Nacional de Atenção Básica – (PNAB) 2017	61
Redes de Atenção à Saúde.....	97
Política Nacional de Regulação do SUS	98
Política Nacional de Humanização/Acolhimento\Clínica Ampliada	103
Política Nacional de Urgência e Emergências	111
Política nacional de saúde mental.....	112
Política nacional de atenção integral à pessoa privada de liberdade	114
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.	121
Política nacional para população em situação de rua	133
Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (população quilombola, comunidades tradicionais).....	135
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani	136
Política Nacional de Saúde Integral da População Negra	141
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher	141
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.....	142
Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	142
Política Nacional para a População em Situação de Rua.....	147
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência	147
Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).....	166
Programa Nacional de Imunização e Calendário Nacional de Vacinação	177
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança	204
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	205
Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa	271
Estatuto da Pessoa Idosa.....	284
Política Nacional de Promoção da Saúde	303
Saúde da população migrantes, refugiados e apátridas (Nota técnica número 8/2024-CAEQ/CGESCO/DESCO/SAPS/MS).....	304
Determinantes Sociais da Saúde	312
Vigilância em Saúde (território, determinantes e condicionantes; notificação de agravos).....	313

SUMÁRIO



Sistemas de Informação em Saúde	322
Transição Demográfica, Epidemiológica e Nutricional no Brasil	327
Noções Básicas de Epidemiologia	332
Doenças emergentes e reemergentes na realidade brasileira.....	347
Ouvidoria do SUS.....	356
Carta dos direitos e deveres dos usuários da saúde	357
Programa Nacional de Segurança do Paciente	369
Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções relacionadas à Assistência à Saúde	373
Trabalho em equipe e interprofissionalidade.....	373
Processos em trabalho em saúde.....	374
Política Nacional de Educação Popular em Saúde	375
Educação Permanente em Saúde.....	378
Questões	382
Gabarito.....	387

ATUALIDADE E LEGISLAÇÃO

Noções gerais sobre a economia, a política e as relações exteriores	1
A questão ambiental: desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental	1
Descobertas e inovações científicas e seus impactos na sociedade contemporânea no mundo, Brasil, Bahia e Salvador	3
Sociedade brasileira: formação, estrutura e organização	100
Pobreza e exclusão social.....	101
Preconceito e discriminação.....	101
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: dos princípios fundamentais – Art. 1º ao Art. 4º	102
Dos Direitos e garantias Fundamentais – Art. 5º ao Art. 17	104
Da Ordem Social/da Seguridade Social – Art. 193 ao Art. 205	120
Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município do Salvador/BA (Estatuto do Servidor Público do Salvador, Lei Complementar nº 001/91) - regime estatutário, regime disciplinar e estágio probatório. Deveres e proibições dos servidores públicos da Administração Municipal.....	125
Questões	170
Gabarito.....	173

SUMÁRIO



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções de internet, intranet e redes de computadores	1
Conceitos básicos dos modos de utilização de tecnologias digitais, suas ferramentas, uso e operação de aplicativos e procedimentos de informática.....	14
Conceitos básicos dos modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas, apresentações, correio eletrônico, Agenda, videoconferência, chat, armazenamento de arquivos, Ambientes Virtuais de Aprendizagem, formulários eletrônicos	15
Conceitos e modos de utilização de Sistemas Operacionais, Windows 10 e superiores, Chrome OS.....	24
Conceitos e modos de utilização do Adobe Reader e arquivos em formato PDF.....	46
Noções básicas de ferramentas e aplicativos de navegação (Google Chrome, Firefox, Mozilla Firefox, Internet Explorer e Microsoft Edge); Sítios de busca e pesquisa na internet	47
Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas em ambientes compartilhados; Conceitos básicos de armazenamento de dados em nuvem	54
Noções básicas de segurança da informação, Lei Geral de Proteção de Dados e proteção de sistemas informatizados	58
Noções básicas de hardware e software.....	86
Conceitos e modos de utilização de sistemas Operacionais Móveis (Android/iOS)	91
Questões	92
Gabarito.....	97

CONHECIMENTO COMUM AOS PROFISSIONAIS DA APS

Política Nacional de Atenção Básica 2017	1
Princípios e Atributos da atenção primária.....	1
Financiamento da APS (portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024).....	7
Política Nacional de Humanização/Acolhimento/Clínica Ampliada/Acesso Avançado, Política Nacional de promoção da saúde	17
Programa Bolsa Família na APS	17
Planejamento da APS.....	28
Gestão do Cuidado e da Agenda na APS	29
Política Nacional de Urgência e Emergências	35
Segurança do paciente na APS.....	35
Política nacional de saúde mental.....	35
Política nacional de atenção integral à pessoa privada de liberdade]	35
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei	35
Política nacional para população em situação de rua	36
Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (população quilombola, comunidades tradicionais).....	36

SUMÁRIO

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani	36
Política Nacional de Saúde Integral da População Negra	36
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher	36
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.....	36
Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias.....	36
Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	37
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência	37
Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).....	37
Programa Nacional de Imunização e Calendário Nacional de Vacinação	37
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	37
Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa/Estatuto da Pessoa Idosa	37
Política Nacional de Promoção da Saúde.....	37
Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS	38
Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde (Portaria nº 635/2023).....	77
Lei 13595 de 5 de Janeiro de 2018.....	83
Serviços de Atenção Domiciliar (atenção domiciliar tipo 1-AD1).....	89
Programa Saúde na Escola (PSE).....	92
Abordagem Individual; Abordagem Familiar; Abordagem Comunitária.....	96
Política Nacional de Controle do Tabagismo.....	99
Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no SUS	105
Questões	170
Gabarito.....	173

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Bases Éticas e Legais do exercício Profissional de Enfermagem: Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.....	1
Lei do Exercício profissional da Enfermagem e Regulamentações do Exercício Profissional	11
Entidades de Classe.....	11
Enfermagem: Liderança e o Processo Decisório no exercício profissional do(a) enfermeiro(a) Dimensionamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos.....	14
Gerenciamento dos Recursos Físicos e Ambientais	29
Processo de qualidade da assistência e auditoria em enfermagem	39
Segurança do paciente e qualidade em serviços de saúde APS.....	47
Processos de trabalho da enfermagem na APS.....	47
Procedimento de enfermagem na APS	47
Cuidados de Enfermagem em saúde na APS: ao recém-nascido, à criança, a pessoa adolescente, a pessoa adulta, a mulher, ao homem e a pessoa idosa.....	62



Cuidados de enfermagem a população LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais e pessoas trans e travestis), saúde da população negra, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua	62
Cuidados de enfermagem a pessoas em situação de violência	62
Cuidados de enfermagem a população negra	68
Cuidados de enfermagem no período grávido-puerperal e patologias clínicoginecológicas	68
Rastreio e Prevenção de câncer de colo e mama.....	69
Saúde Sexual e Reprodutiva. Planejamento familiar e reprodutivo.	85
Cuidados de enfermagem para promoção e proteção do aleitamento humano e alimentação saudável	94
Cuidados de enfermagem em puericultura	112
Cuidado de enfermagem às pessoas com transtornos mentais leves, moderados e graves/persistentes.....	112
Situações de urgência e emergência na Atenção Primária à Saúde	113
Cuidado de enfermagem para prevenção, tratamento e reabilitação de pessoas com tuberculose, hanseníase, COVID-19, Doença Falciforme, arboviroses, doenças e agravos negligenciados, HIV, sífilis e outras infecções sexualmente transmissíveis.....	142
Cuidado de enfermagem na promoção, prevenção, tratamento e reabilitação de pessoas com doenças e condições crônicas mais prevalentes na população brasileira como: hipertensão arterial sistêmica, doenças cardiovasculares e diabetes mellitus	148
Cuidado de enfermagem a feridas crônicas e agudas	157
Cuidados de enfermagem na realização de exames na APS	165
Atuação de enfermagem no Programa Nacional de Imunizações	189
Atuação de enfermagem na vigilância epidemiológica	189
Vigilância em saúde ambiental.....	189
Vigilância em saúde do trabalhador	190
Vigilância sanitária.....	192
Questões	197
Gabarito.....	207

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

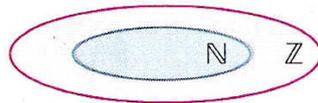
- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



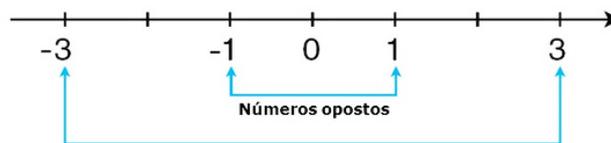
CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

Exemplo: $Z = \{-4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$



$$\mathbb{Z} = \{\dots, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, \dots\}$$



$$\mathbb{N} \subset \mathbb{Z}$$

O conjunto dos números inteiros também possui alguns subconjuntos:

$Z^+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos.

$Z^- = \{\dots -4, -3, -2, -1, 0\}$: conjunto dos números inteiros não positivos.

$Z^{*+} = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos e não nulos, ou seja, sem o zero.

$Z^{*-} = \{\dots -4, -3, -2, -1\}$: conjunto dos números inteiros não positivos e não nulos.

Módulo

O módulo de um número inteiro é a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Ele é representado pelo símbolo $| |$.

O módulo de 0 é 0 e indica-se $|0| = 0$

O módulo de +6 é 6 e indica-se $|+6| = 6$

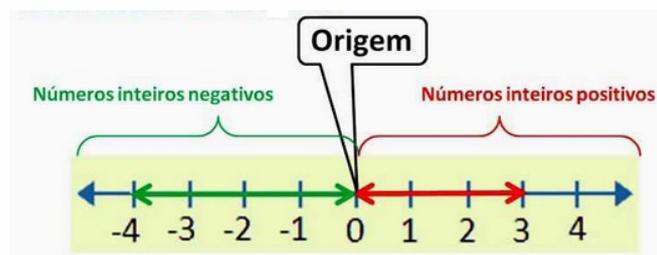
O módulo de -3 é 3 e indica-se $|-3| = 3$

O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

Números Opostos

Dois números inteiros são considerados opostos quando sua soma resulta em zero; dessa forma, os pontos que os representam na reta numérica estão equidistantes da origem.

Exemplo: o oposto do número 4 é -4, e o oposto de -4 é 4, pois $4 + (-4) = (-4) + 4 = 0$. Em termos gerais, o oposto, ou simétrico, de "a" é "-a", e vice-versa; notavelmente, o oposto de zero é o próprio zero.





O que é o Sistema Único de Saúde (SUS)?

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde.

A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os municípios. A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde. Engloba a atenção primária, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

AVANÇO: Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF-88), a “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. No período anterior a CF-88, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, aproximadamente 30 milhões de pessoas com acesso aos serviços hospitalares, cabendo o atendimento aos demais cidadãos às entidades filantrópicas.

Estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS) é composto pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios, conforme determina a Constituição Federal. Cada ente tem suas co-responsabilidades.

Ministério da Saúde

Gestor nacional do SUS, formula, normatiza, fiscaliza, monitora e avalia políticas e ações, em articulação com o Conselho Nacional de Saúde. Atua no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para pactuar o Plano Nacional de Saúde. Integram sua estrutura: Fiocruz, Funasa, Anvisa, ANS, Hemobrás, Inca, Inco e oito hospitais federais.

Secretaria Estadual de Saúde (SES)

Participa da formulação das políticas e ações de saúde, presta apoio aos municípios em articulação com o conselho estadual e participa da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para aprovar e implementar o plano estadual de saúde.

Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

Planeja, organiza, controla, avalia e executa as ações e serviços de saúde em articulação com o conselho municipal e a esfera estadual para aprovar e implantar o plano municipal de saúde.

Conselhos de Saúde

O Conselho de Saúde, no âmbito de atuação (Nacional, Estadual ou Municipal), em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Cabe a cada Conselho de Saúde definir o número de membros, que obedecerá a seguinte composição: 50% de entidades e movimentos representativos de usuários; 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde e 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.



Atualidade e Legislação

A economia, a política e as relações exteriores são três áreas interdependentes que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e funcionamento de um país.

A economia refere-se ao estudo das atividades econômicas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Ela abrange aspectos como o crescimento econômico, o emprego, a inflação, o comércio internacional e a distribuição de renda. As políticas econômicas são implementadas pelos governos para influenciar esses aspectos e promover o desenvolvimento econômico.

A política, por sua vez, envolve o processo de tomada de decisões políticas e a administração dos assuntos públicos. Ela determina a forma como um país é governado e influencia as políticas econômicas, sociais e culturais. A política também está relacionada à democracia, à participação política, aos sistemas de governo e às relações de poder.

As relações exteriores referem-se às interações e relações entre países. Elas abrangem questões como a diplomacia, a política externa, os tratados internacionais, o comércio internacional, a segurança internacional e a cooperação global. As relações exteriores são importantes para a promoção dos interesses nacionais, a manutenção da paz e a busca de soluções conjuntas para problemas globais.

Essas três áreas estão intimamente interligadas e se influenciam mutuamente. Por exemplo, as políticas econômicas podem afetar as relações exteriores por meio do comércio internacional e dos investimentos estrangeiros. Da mesma forma, as relações exteriores podem influenciar a política doméstica e a economia de um país, como por meio de alianças militares ou acordos comerciais.

Em suma as noções gerais sobre a economia, a política e as relações exteriores são fundamentais para entender as dinâmicas sociais, políticas e econômicas de um país, bem como as interações entre os países.



A questão ambiental: desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental

A questão ambiental é um tema de extrema importância na atualidade, pois envolve a preservação do meio ambiente e a busca por um desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável é um conceito que visa conciliar o progresso econômico e social com a preservação dos recursos naturais e a promoção da qualidade de vida. Isso significa que as atividades humanas devem ser realizadas de forma a garantir a sua continuidade no longo prazo, sem comprometer o equilíbrio ambiental.

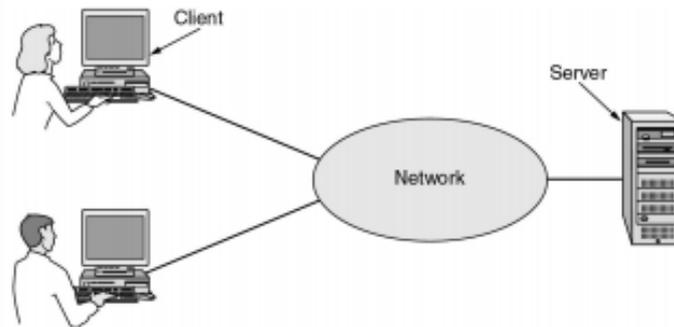
Para alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessário adotar práticas responsáveis de utilização dos recursos naturais, como a redução do consumo de energia, a reciclagem de materiais, o uso de tecnologias limpas e a proteção da biodiversidade.

Além disso, a responsabilidade socioambiental está diretamente ligada ao desenvolvimento sustentável. Ela envolve a preocupação das empresas e da sociedade em geral com os impactos de suas atividades no meio ambiente e nas comunidades onde estão inseridas.

As empresas têm o papel de adotar práticas sustentáveis em suas operações, como a redução da emissão de poluentes, a gestão adequada de resíduos e a promoção de ações sociais que beneficiem as comunidades locais. Já a sociedade em geral pode contribuir através de atitudes conscientes, como a redução do consumo excessivo e o uso racional dos recursos naturais.

Assim, a questão ambiental, o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental estão interligados e são fundamentais para garantir a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida das futuras gerações.

Uma rede de computadores é formada por um conjunto de módulos processadores capazes de trocar informações e compartilhar recursos, interligados por um sistema de comunicação (meios de transmissão e protocolos)¹.



As redes de computadores possuem diversas aplicações comerciais e domésticas.

As aplicações comerciais proporcionam:

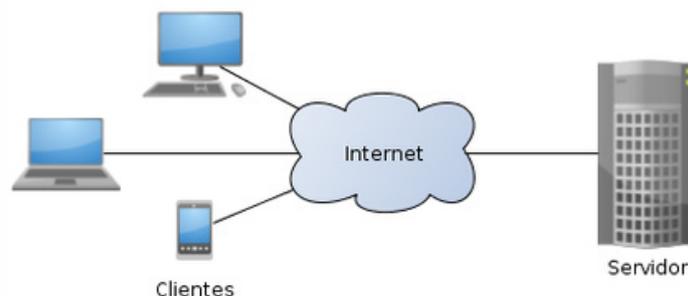
- Compartilhamento de recursos: impressoras, licenças de software, etc.
- Maior confiabilidade por meio de replicação de fontes de dados
- Economia de dinheiro: telefonia IP (VoIP), vídeo conferência, etc.
- Meio de comunicação eficiente entre os empregados da empresa: e-mail, redes sociais, etc.
- Comércio eletrônico.

As aplicações domésticas proporcionam:

- Acesso a informações remotas: jornais, bibliotecas digitais, etc.
- Comunicação entre as pessoas: Twitter, Facebook, Instagram, etc.
- Entretenimento interativo: distribuição de músicas, filmes, etc.
- Comércio eletrônico.
- Jogos.

Modelo Cliente-Servidor

Uma configuração muito comum em redes de computadores emprega o modelo cliente-servidor. O cliente solicita o recurso ao servidor:



¹ NASCIMENTO, E. J. Rede de Computadores. Universidade Federal do Vale do São Francisco.



Conhecimento Comum aos Profissionais da APS

A Atenção primária é aquele nível de um sistema de serviço de saúde que oferece a entrada no sistema para todas as novas necessidades e problemas, fornece atenção sobre a pessoa (não direcionada para a enfermidade) no decorrer do tempo, fornece atenção para todas as condições, exceto as muito incomuns ou raras, e coordena ou integra a ação fornecida em algum outro lugar ou por terceiros. (STARFIELD)

“A Atenção Básica é um conjunto de ações, de caráter individual e coletivo, situadas no primeiro nível de atenção dos sistemas de saúde, voltadas para a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o tratamento e a reabilitação.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE)

A Atenção ou os Cuidados Primários de Saúde, como entendemos hoje, constituem um conjunto integrado de ações básicas, articulado a um sistema de promoção e assistência integral à saúde. (ALEIXO)

Farmer e cols foram os primeiros a mostrar que a proporção de médicos de atenção primária por população teve efeito nas taxas de mortalidade, o qual foi independente de outros fatores.

Erroneamente, alguns segmentos da população a acreditam que a atenção especializada é melhor do que a atenção generalista.

A Estratégia Saúde da Família configura-se como o maior programa assistencial desenvolvido em escala em todo o Brasil, carregando enorme potencial para estruturar, de forma consistente, a Atenção Primária à Saúde em nosso País. (ALEIXO)

Internacionalmente tem-se apresentado ‘Atenção Primária à Saúde’ (APS) como uma estratégia de organização da atenção à saúde voltada para responder de forma regionalizada, contínua e sistematizada à maior parte das necessidades de saúde de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como a atenção a indivíduos e comunidades. Esse enunciado procura sintetizar as diversas concepções e denominações das propostas e experiências que se convencionaram chamar internacionalmente de APS.

No Brasil, a APS incorpora os princípios da Reforma Sanitária, levando o Sistema Único de Saúde (SUS) a adotar a designação Atenção Básica à Saúde (ABS) para enfatizar a reorientação do modelo assistencial, a partir de um sistema universal e integrado de atenção à saúde.

Historicamente, a ideia de atenção primária foi utilizada como forma de organização dos sistemas de saúde pela primeira vez no chamado Relatório Dawson, em 1920. Esse documento do governo inglês procurou, de um lado, contrapor-se ao modelo flexneriano americano de cunho curativo, fundado no reducionismo biológico e na atenção individual, e por outro, constituir-se numa referência para a organização do modelo de atenção inglês, que começava a preocupar as autoridades daquele país, devido ao elevado custo, à crescente complexidade da atenção médica e à baixa resolutividade.

O referido relatório organizava o modelo de atenção em centros de saúde primários e secundários, serviços domiciliares, serviços suplementares e hospitais de ensino. Os centros de saúde primários e os serviços domiciliares deveriam estar organizados de forma regionalizada, onde a maior parte dos problemas de saúde deveriam ser resolvidos por médicos com formação em clínica geral.

Os casos que o médico não tivesse condições de solucionar com os recursos disponíveis nesse âmbito da atenção deveriam ser encaminhados para os centros de atenção secundária, onde haveria especialistas das mais diversas áreas, ou então, para os hospitais, quando existisse indicação de internação ou cirurgia. Essa organização caracteriza-se pela hierarquização dos níveis de atenção à saúde.

**CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM****RESOLUÇÃO COFEN Nº 564/2017****Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**

O Conselho Federal de Enfermagem – Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO que nos termos do inciso III do artigo 8º da Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, compete ao Cofen elaborar o Código de Deontologia de Enfermagem e alterá-lo, quando necessário, ouvidos os Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO que o Código de Deontologia de Enfermagem deve submeter-se aos dispositivos constitucionais vigentes;

CONSIDERANDO a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1948) e adotada pela Convenção de Genebra (1949), cujos postulados estão contidos no Código de Ética do Conselho Internacional de Enfermeiras (1953, revisado em 2012);

CONSIDERANDO a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005);

CONSIDERANDO o Código de Deontologia de Enfermagem do Conselho Federal de Enfermagem (1976), o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (1993, reformulado em 2000 e 2007), as normas nacionais de pesquisa (Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 196/1996), revisadas pela Resolução nº 466/2012, e as normas internacionais sobre pesquisa envolvendo seres humanos;

CONSIDERANDO a proposta de Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, consolidada na 1ª Conferência Nacional de Ética na Enfermagem – 1ª CONEENF, ocorrida no período de 07 a 09 de junho de 2017, em Brasília – DF, realizada pelo Conselho Federal de Enfermagem e Coordenada pela Comissão Nacional de Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, instituída pela Portaria Cofen nº 1.351/2016;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal e a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, nos casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos e privados;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Lei nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;

CONSIDERANDO a Lei nº. 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

CONSIDERANDO a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO as sugestões apresentadas na Assembleia Extraordinária de Presidentes dos Conselhos Regionais de Enfermagem, ocorrida na sede do Cofen, em Brasília, Distrito Federal, no dia 18 de julho de 2017, e

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem em sua 491ª Reunião Ordinária,